

# Governo autoriza R\$ 1,5 bi para porto em Linhares

**Dinheiro vai para o Porto Norte Capixaba, por onde passarão 25 milhões de toneladas de carga/ano**

BRASÍLIA

O governo federal autorizou ontem um investimento de R\$ 1,5 bilhão terminal portuário da Manabi Logística, em Linhares, Norte do Espírito Santo. O projeto prevê a movimentação de 25 milhões de toneladas de grãos sólidos ao ano.

Anunciado em junho de 2012, o Porto Norte Capixaba, que ficará na praia de Degredo, está orçado em R\$ 1,75 bilhão e, pelo cronograma inicial, começará a operar em 2016 e gerará mais de mil empregos.

A informação foi divulga-

da pela Secretaria de Portos. Com isso, chega a 14 o total de novos terminais privados cuja instalação foi autorizada após a aprovação do marco regulatório dos portos, no ano passado. Além desses, foi autorizada no ano passado a ampliação do terminal da Ultrafértil no Porto de Santos (SP), um empreendimento de R\$ 2,2 bilhões.

Os investimentos previstos nesses novos terminais se aproximam dos R\$ 8 bilhões. Há ainda outros 50 projetos em processo de análise, que somam R\$ 7,28 bilhões. A intenção, segundo informou a Secretaria, é que a autorização de novos empreendimentos seja um processo contínuo.

O bom andamento dos

portos privados contrasta com as licitações de áreas em portos públicos, que são alvo de disputas jurídicas e políticas e que estão pendentes de decisão do Tribunal de Contas da União (TCU). No ano passado, a corte de contas aprovou relatório da ministra Ana Arraes que fez uma série de restrições ao primeiro lote de licitações, que envolve os arrendamentos de área nos portos de Santos do Pará.

Ana é mãe do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, pré-candidato à Presidência pelo PSB. Campos se opôs à aprovação do novo marco regulatório para os portos, pois a norma transferiu dos Estados para o governo federal o proces-

so de licitação de áreas.

O governo recorreu de quatro restrições impostas pelo TCU e apresentou explicações adicionais para outras 15. Tudo isso aguarda resposta do tribunal, o que é esperado para o mês de março.

A licitação de áreas em portos públicos é também alvo de um conjunto de liminares na Justiça, obtidas por empresas interessadas em prorrogar seus contratos. Em entrevista publicada pelo jornal Estado de S. Paulo na última terça-feira, o ministro de Portos, Antônio Henrique Silveira, considerou esses questionamentos naturais e observou que eles ocorrem em todo processo de desestatização.

## Codesa evita falar sobre área arrendada para a Hiper Export

**Procurada por A GAZETA, Companhia Docas do Estado informa que cabe a Brasília responder**

/// A diretoria da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), a autoridade portuária que assinou com a Hiper Export o contrato de arrendamento da área de 70 mil m<sup>2</sup>, localizada em Capuaba, evita falar a respeito do assunto. O prazo do arrendamento terminaria hoje, mas a Hiper Export obteve, por meio de decisão judicial, a prorrogação do contrato por 30 dias.

Procurados, os diretores da Codesa, que na última quarta-feira foram a Brasília para reunião na Secretaria Especial de Portos, não atenderam os pe-

didados de entrevista feitos, com insistência, nos últimos dois dias. A justificativa da assessoria foi a de que os diretores estavam em reuniões internas.

No final da tarde de ontem, a resposta veio por meio de nota. “A Codesa informa que a área atual Hiper Export faz parte do bloco 4 das que serão arrendadas no Porto de Vitória. Além disso, a Codesa acrescenta que: de acordo com a nova lei dos Portos – Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, compete à Secretaria dos Portos (SEP) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) os procedimentos de novas licitações de arrendamento de áreas portuárias”. (Rita Bridi)